



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2016
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Março/2017

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2016
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
PERFIL INSTITUCIONAL	4
PERSPECTIVA ESTRATÉGICA	5
2. INDICADORES.....	6
ENSINO.....	6
PESQUISA	18
EXTENSÃO	20
3. BANCO DE DADOS ESTATÍSTICOS	27
ENSINO.....	27
INDICADORES DA CAPES	30

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao exercício de 2016, foi elaborado sob a supervisão da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Portaria do Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, nº 01, de 15/1/2015, em cumprimento ao disposto no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14/4/2004, e no Art. 7º da Portaria nº 2.051, de 9/7/2004.

O objetivo deste relatório é sistematizar os resultados do processo de autoavaliação institucional implementado pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados, que visa obter melhorias na qualidade acadêmica e incrementar a relevância social da sua função educacional.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição pública federal – escola de governo

Estado: DF Município: Brasília

Ato do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (em processo de recredenciamento, nos termos da Resolução CNE/CES nº 7/2001 e Parecer CNE/CES nº 295/2013). Parecer CNE/CES Nº 658/2016, aprovado em 9/11/2016, aguardando homologação.

Composição da CPA:

Titular	Suplente	Segmento que representa
Gustavo Silva de Salles (Presidente)	Raquel Braga Rodrigues	Corpo diretivo
Fernando Sabóia Vieira (Vice-Presidente)	Romiro Ribeiro	Corpo docente
Juliana França Marinho	Marcos Vinícius Ferrari	Corpo discente
Luiz Mário Ribeiro Silva	José Aparecido Carrilho	Egressos
Ricardo Senna Guimarães	Natércia Micheletti Viana	Corpo técnico-administrativo
	Sebastião Silva Magalhães Júnior	Sociedade civil

Período de mandato da CPA: 15/1/2015 a 14/1/2017. Atos de designação da CPA: Portaria-DG nº 1/2015 e Portaria-DG nº 2/2015.

MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão promover a formação superior de profissionais para o Poder Legislativo, bem como a produção e a disseminação sistemática de conhecimentos, práticas e valores do Parlamento, contribuindo para o aprimoramento institucional da Câmara dos Deputados e o fortalecimento da democracia no Brasil.

OBJETIVO

Contribuir para o aprimoramento da atuação institucional do Parlamento por meio da formação de profissionais em cursos de pós-graduação e da organização, da produção e da circulação de conhecimento específico da Câmara dos Deputados, e do Poder Legislativo, em geral.

ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão, o Programa de Pós-Graduação oferece cursos lato e stricto sensu interligando diversas áreas de saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos: Ciência Política, Direito, Administração Pública e Comunicação Social.

AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Cefor e com a Câmara dos Deputados e mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da mantenedora, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

Em sua atuação pedagógica, o Programa possui orientação estratégica para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação voltados ao público interno e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos. É relevante, também, a atuação em publicações, especialmente por meio de periódico científico próprio, a revista E-Legis, classificada como Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas para realização de suas atividades e bom nível de acessibilidade universal. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo dos espaços de atuação política e, especialmente, da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

A Coordenação de Pós-Graduação (Copos), responsável pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor, da Câmara dos Deputados, conforme planejamento definido para o ano de 2016, desenvolveu suas ações de forma a dar continuidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as Diretrizes Estratégicas estabelecidas para a Casa e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estabelecido para o período 2011-2016.

As Diretrizes Estratégicas da Câmara dos Deputados particularmente alcançadas pelo Programa de Pós-Graduação são as de nºs 1 e 6. A Diretriz Estratégica nº 1 firma o aspecto da “Sintonia”, definindo como linhas de atuação “1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais” e “1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas”. A Diretriz Estratégica nº 6 relaciona-se à dimensão da “Cidadania”, estabelecendo como linhas de atuação “6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados; 6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo; 6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa; e 6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno”.

Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação do Cefor, pelas suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de atuação da Câmara dos Deputados com foco nas premissas propostas, atuando fortemente em educação continuada e na produção e disseminação do conhecimento legislativo. Essa perspectiva se reforça ainda mais com o processo de credenciamento como escola de governo para a oferta de cursos lato sensu, com a consolidação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e com a ampliação das ações do Programa em nível nacional e internacional.

No ano de 2016, merece destaque a continuidade dos eventos científicos em que se estabeleceu uma parceria importante com a Universidade de Brasília, por meio dos Institutos de Ciência Política e de Sociologia. Tratam-se do Seminário 30 Anos do Presidencialismo de Coalizão e da VII Jornada de Pesquisa e Extensão, em que se contou com importantes pesquisadores e acadêmicos nacionais e estrangeiros.

Dentro de uma visão estratégica de atuação do Programa, tem-se buscado fortalecer a dimensão do ensino pela consolidação de práticas, manutenção de oferta regular e maior divulgação dos cursos oferecidos. Quanto à pesquisa e à extensão, o foco tem sido na maior integração dos colaboradores do Programa em redes externas de pesquisa e conhecimento, principalmente em parcerias de pesquisa e colaboração em eventos como bancas de avaliação de trabalhos de conclusão. Merece destaque a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital, que congrega pesquisadores de todo o país e vários do Cefor, e também a edição de um dossiê na revista científica inglesa *The Journal of Legislative Studies* (volume 22 de out/nov 2016) sobre a Câmara dos Deputados, que foi produzido por docentes do Mestrado do Cefor.

A seguir são apresentados os indicadores de desempenho relativos às três vertentes de atuação do Programa: ensino, pesquisa e extensão.

2. INDICADORES

ENSINO

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas de saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social.

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos lato e stricto sensu, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Oferta de Cursos do Programa



Até o final de 2016 o Programa realizou 31 cursos, com entrada de 811 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 633 alunos, incluindo 32 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

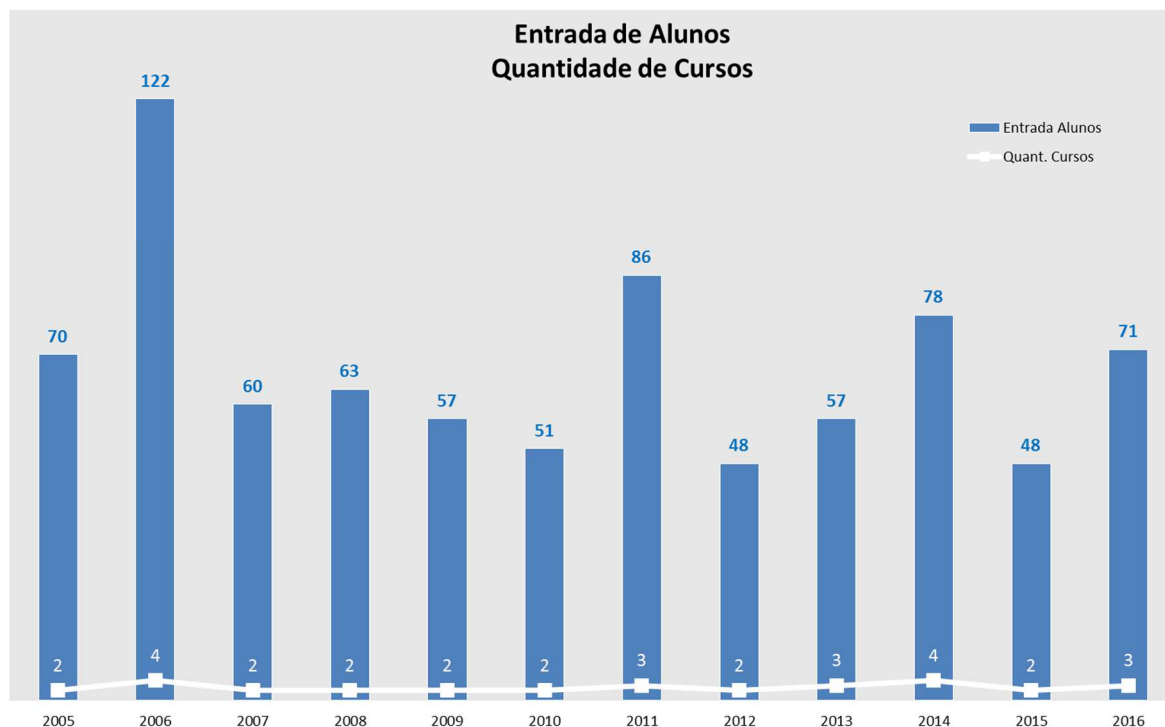
A Tabela 1 relaciona os cursos realizados e a quantidade de alunos regulares que ingressaram e que concluíram seus cursos.

Tabela 1: Cursos realizados pelo Programa, quantidade de alunos e de egressos 2005 - 2016

Curso	Regime	Quant. turmas	Quant.alunos regulares	Quant. egressos
Mestrado Profissional em Poder Legislativo <i>*3 turmas em andamento</i>	Próprio	5	73	32
Especialização em Processo Legislativo (PL) <i>*1 turma em andamento</i>	Próprio	6	178	140
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111	100
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59	52
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30	28
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21	21
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	Próprio	1	19	15
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL) <i>*1 turma em andamento</i>	Próprio	1	30	21
MBA em Governança Legislativa <i>*1 turma em andamento</i>	Próprio	2	57	25
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	3	100	85
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33	33
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25	25
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30	26
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - IUPERJ	Contratado	1	30	30
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) – IESP-UERJ <i>*1 turma em andamento</i>	Contratado	1	15	-
Total		31	811	633

A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, resultante da regularidade da oferta, demonstra que o Programa vem alcançando sua consolidação no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo, em outras instâncias de governo e para a sociedade em geral. O Gráfico 1 demonstra essa evolução no período 2005-2016.

Gráfico 1: Quantidade de alunos regulares matriculados e de cursos iniciados 2005-2016



No ano de 2016 o crescimento da quantidade de cursos, de alunos regulares matriculados e de egressos foi da ordem de 10% em relação a 2015. Os índices de evasão nos cursos de especialização e no mestrado se mantêm relativamente baixos. A Tabela 2 demonstra os principais indicadores de evolução do Programa.

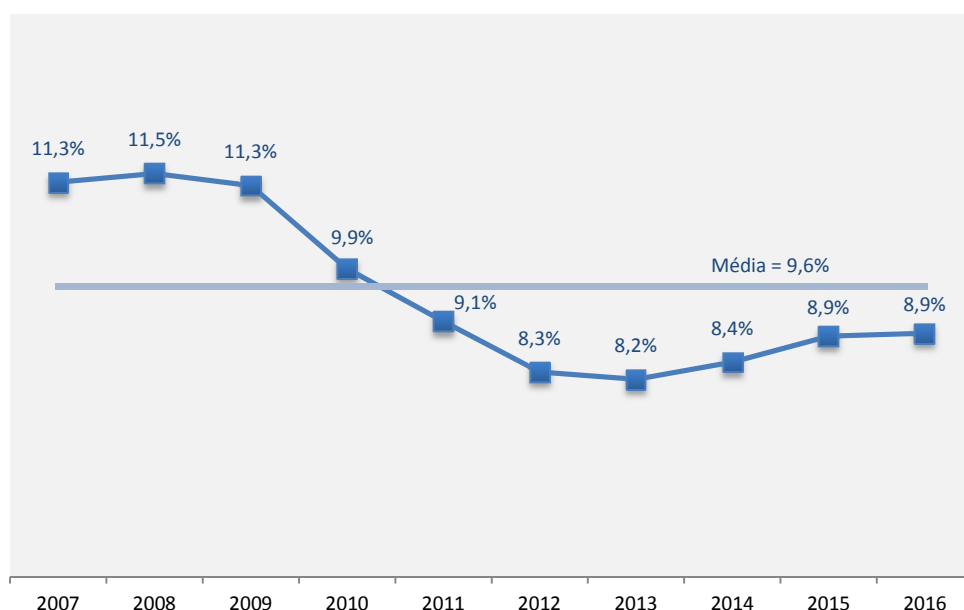
Tabela 2: Indicadores de evolução do Programa 2005 - 2016

Indicadores	Até dez/2015	Até dez/2016	Varição %
Quantidade de cursos	28	31	10,7%
Quantidade de alunos regulares matriculados	740	811	9,6%
Quantidade de egressos	577	633	9,7%
Índice de evasão (Especialização)	8,9%	8,9%	
Índice de evasão (Especialização - cursos próprios)	8,2%	8,4%	
Índice de evasão (Mestrado)	13%	11%	

ÍNDICE DE EVASÃO

O índice de evasão, considerando alunos regulares de todos os cursos lato sensu (próprios e contratados), vem se mantendo estável abaixo da média histórica do Programa, como pode ser verificado no Gráfico 2. A maior parcela dos casos de evasão nos cursos de especialização se dá por reprovação nas disciplinas ou no TCC.

Gráfico 2: Índice de evasão dos cursos lato sensu
2007-2016



No Mestrado, o índice de evasão é de cerca de 11%, representando, principalmente, por alunos que abandonam o curso por iniciativa própria decorrente de incompatibilidade de tempo em relação às atividades do trabalho.

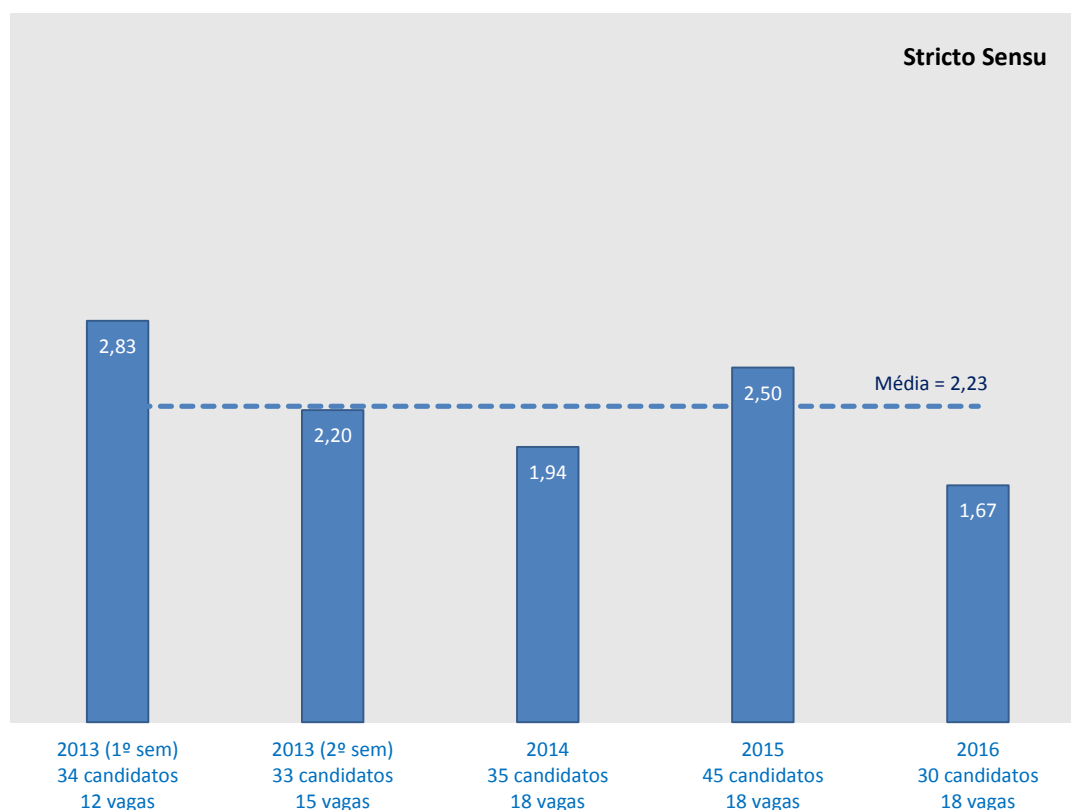
ÍNDICE CANDIDATO/VAGA

Os cursos oferecidos pelo Programa são abertos à participação tanto de servidores da Câmara dos Deputados quanto de quaisquer interessados, mesmo que não possuam vínculo com instituições públicas ou privadas. As regras são definidas em edital específico para o processo seletivo de cada curso.

Em 2016 o índice foi o menor desde o início do Mestrado, em decorrência do aumento da quantidade de vagas a partir de 2014 e do retorno da demanda ao nível histórico em torno de 30/35 candidatos.

O resultado do índice relativo ao Mestrado é apresentado no Gráfico 3, por ordem cronológica de oferta das turmas.

Gráfico 3: Índice Candidato/Vaga do Mestrado
2013 - 2016



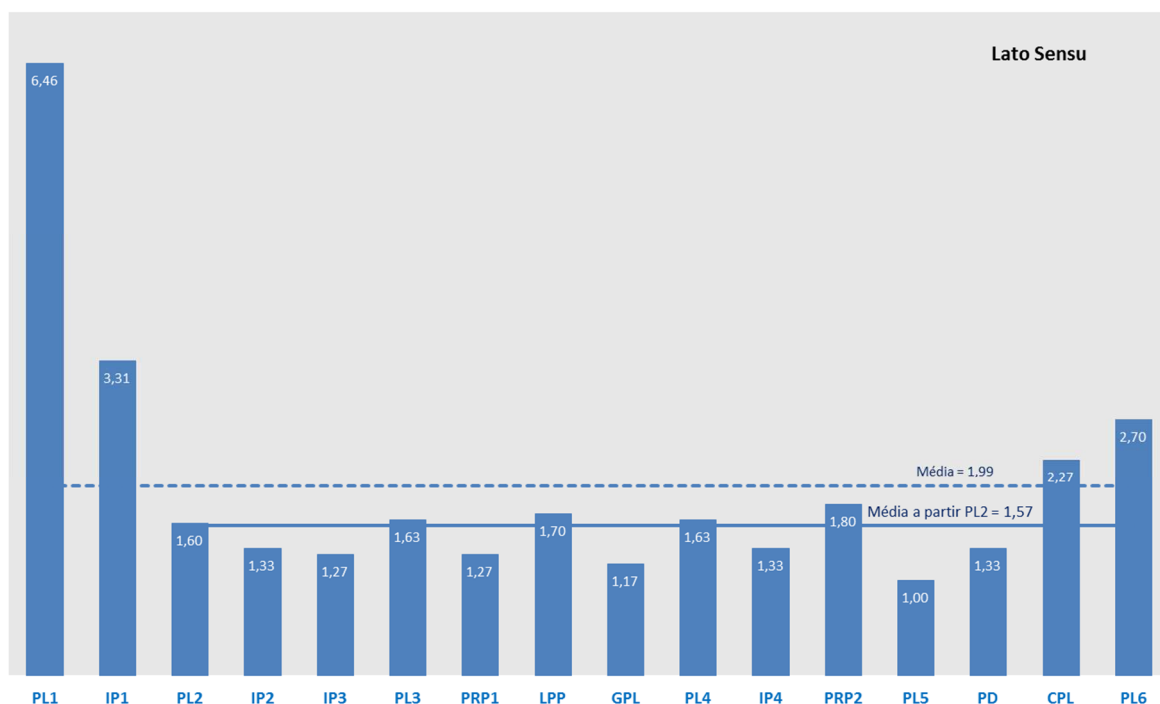
O resultado do índice relativo aos cursos de especialização próprios é apresentado no Gráfico 4, por ordem cronológica de oferta.

Ressalte-se que o índice médio dos cursos de especialização próprios (Média = 1,99) está fortemente influenciado pela alta demanda na oferta das primeiras edições do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL) e do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP), procura que não se repetiu nas edições posteriores dos demais cursos. Essa média está representada como linha tracejada no Gráfico 4.

O índice médio a partir do curso PL2 (Média = 1,57) representa o comportamento característico dos cursos de especialização próprios realizados pelo Programa, desconsiderando os índices elevados das primeiras edições dos cursos PL e IP. Esse índice médio está representado como linha cheia no Gráfico 4.

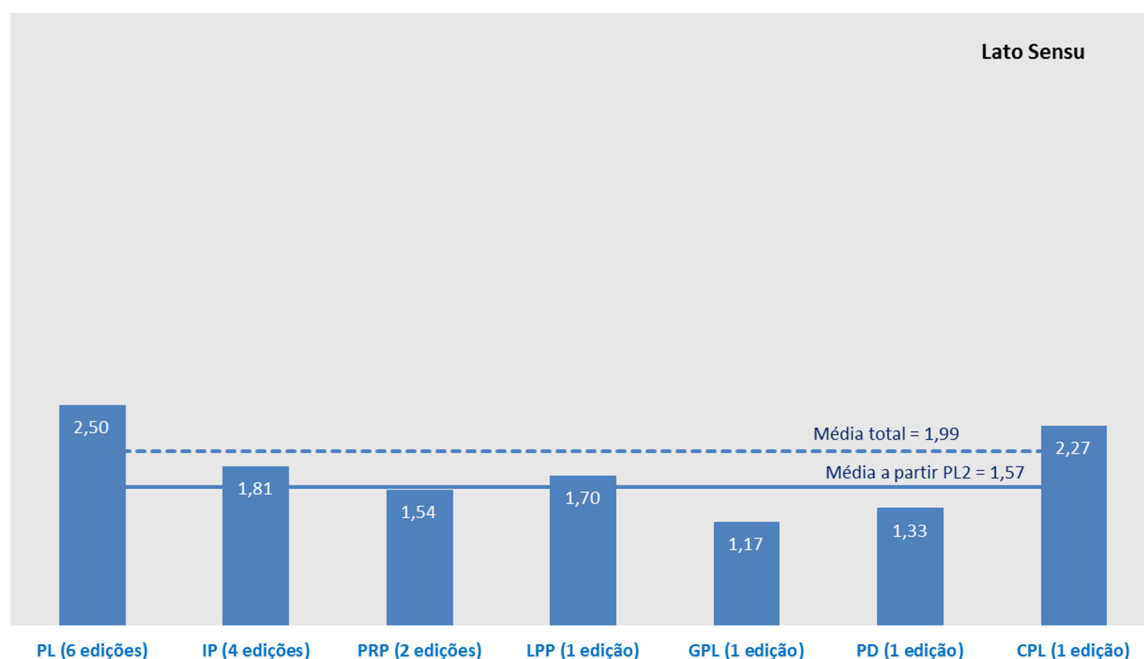
Mantendo a tendência apontada pelo Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), o índice alcançado pela 6ª edição do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL6), que teve início em 2016, foi o mais alto desde as primeiras edições dos cursos PL e IP, que iniciaram em 2005.

Gráfico 4: Índice Candidato/Vaga dos cursos de especialização próprios
2005 - 2016



O Gráfico 5 apresenta o Índice Candidato/Vaga médio agrupado por família de cursos de especialização próprios do Programa. Novamente, os cursos PL e IP têm índices fortemente influenciados pela alta demanda na oferta das primeiras edições, procura que não se repetiu nas edições posteriores.

Gráfico 5: Índice Candidato/Vaga por família dos cursos de especialização próprios
2005 - 2016



PERFIL DOS ALUNOS

Pequena maioria dos alunos regulares dos cursos do Programa continua sendo do sexo masculino (54%), situação que permaneceu inalterada em relação aos anos anteriores.

A idade média das turmas em 2016 é de 38,5 anos, alinhando-se ao padrão dos anos anteriores. Em 2013, a idade média subiu para 41 anos e caracterizou um pico, decorrente da entrada de duas turmas de alunos do Mestrado, caindo desde então.

A maior parte dos alunos é servidor da Câmara dos Deputados (80%), participação que experimentou crescimento nos anos anteriores e se estabilizou nos últimos três anos.

Os Gráficos 6 e 7 demonstram a evolução desses indicadores no período 2011 a 2016.

Gráfico 6: Idade média das turmas
2011-2016

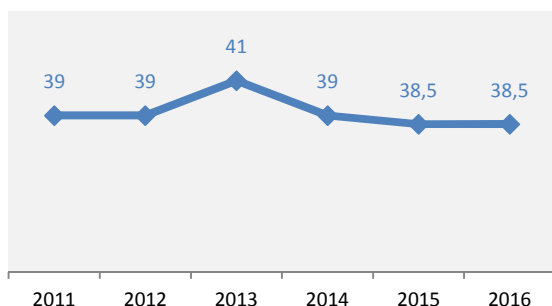
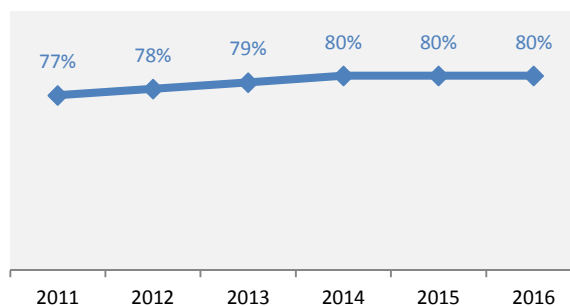
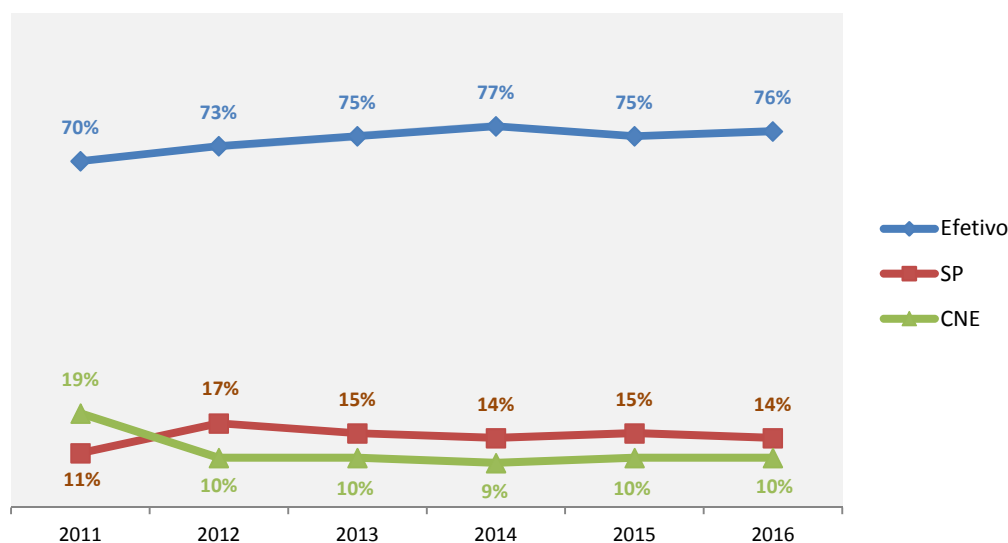


Gráfico 7: Participação de servidores da CD nas turmas
2011-2016



Dos alunos servidores da Câmara dos Deputados, 76% são Servidores Efetivos. Os demais são cargos de livre provimento, sendo 14% Secretários Parlamentares (SPs) e 10% ocupantes de Cargos de Natureza Especial (CNEs). Ao longo dos últimos anos a participação de Servidores Efetivos vinha aumentando, decorrente da realização de turmas fechadas de cursos contratados junto à UnB (Psicodinâmica do Trabalho e Contabilidade Pública). Nesses cursos não há participação de Secretários Parlamentares e CNEs. No ano de 2014 essa tendência se manteve devido à realização do MBA em Governança Legislativa, cuja turma é composta exclusivamente de Servidores Efetivos. No ano de 2015 houve ligeiro crescimento da participação de SPs e CNEs decorrente do início do Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), com expressiva participação desses segmentos. Especificamente no ano de 2016, houve novo crescimento da participação de Servidores Efetivos devido à 2ª edição do MBA em Governança Legislativa. O Gráfico 8 apresenta essa evolução.

Gráfico 8: Participação de Servidores Efetivos, SPs e CNEs
2011-2016



Os alunos externos pertencem, principalmente, às instituições que mantêm acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados, tais como: Advocacia Geral da União (AGU), Câmara Legislativa do DF (CLDF), Controladoria Geral da União (CGU), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Senado Federal (SF) e Tribunal de Contas da União (TCU). Há participação de alunos de entidades representativas, como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e a Federação das Indústrias do Estado de SP (Fiesp). Como os cursos são abertos à comunidade, há presença de alunos ligados a diversas instituições, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Secretaria de Educação do DF, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a Universidade de Brasília (UnB), bem como de alunos sem vínculo empregatício.

A média de tempo de trabalho dos alunos nas suas respectivas instituições, que era de cerca de 9,5 anos, caiu em 2014 para 8,2 anos, e mais ainda em 2015, para 8 anos, mantendo-se nesse patamar em 2016. As turmas que iniciaram em 2016 têm média variável: a quinta turma do Mestrado tem média de 9,4 anos, a turma do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL 6ª edição) tem média de 5,9 anos e a turma da 2ª edição do MBA em Governança Legislativa tem média de 9,5 anos.

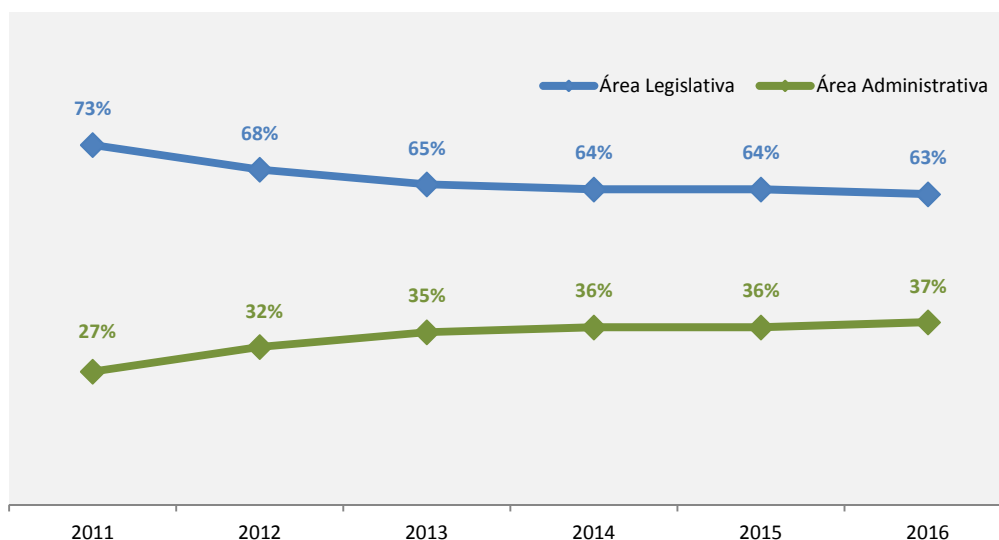
Na Câmara dos Deputados, a maioria dos alunos (63%) atuava na área legislativa, que reúne as unidades ligadas à Mesa Diretora da Casa e à Secretaria-Geral da Mesa. Esses alunos estavam ligados a órgãos como Lideranças, Gabinetes Parlamentares, nas diversas comissões ligadas ao Departamento de Comissões (Decom), no Centro de Documentação e

Informação (Cedi), na Consultoria Legislativa, nos órgãos da Mesa Diretora, na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre outros.

Já os alunos da área administrativa (37%), que reúne as unidades ligadas à Diretoria-Geral da Casa, estavam lotados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), no Departamento de Pessoal (Depes), no Departamento Médico (Demed), na Secretaria de Comunicação Social (Secom), no Centro de Informática (Cenin), entre outros. Na Tabela 11, pág. 29, são apresentadas as áreas da Casa atendidas pelos cursos do Programa.

Conforme apresentado no Gráfico 9, o atendimento a alunos oriundos da área administrativa da Casa se ampliou nos últimos anos, reduzindo a diferença em relação à área legislativa. Esse movimento decorre da oferta de cursos com turmas fechadas para órgãos como Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Demed e Depes – caso do Curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho – e para órgãos como Defin, Secretaria de Controle Interno (Secin) e Departamento de Material e Patrimônio (Demap) – caso do Curso de Especialização em Contabilidade Pública. Além disso, entre 2014 e 2016 foram ofertadas duas turmas do MBA em Governança Legislativa, no qual a maior parte dos alunos era da área administrativa.

Gráfico 9: Lotação dos servidores da CD nas turmas
2011 – 2016



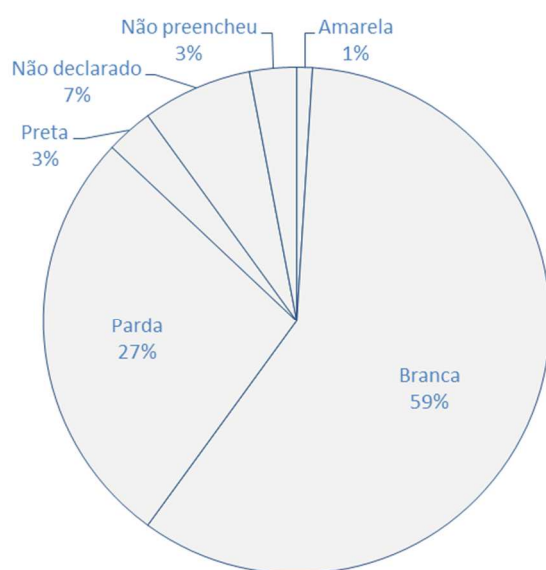
O Programa atende a alunos com formação diversificada. Os cursos de graduação mais informados são Direito, Administração, Jornalismo, Contabilidade, Economia, Engenharia e Letras. Parcela correspondente a 13% dos alunos informaram possuir mais de um curso de graduação. A quantidade de alunos que já possuem especialização chegou a 35%, enquanto 6% já possuem mestrado, demonstrando a atratividade do Programa a indivíduos com formação qualificada. A Tabela 3 apresenta a evolução desses dados no período 2011 a 2016.

Tabela 3: Nível de formação dos alunos
2011 – 2016

Indicadores	Até dez/2011	Até dez/2015	Até dez/2016
Alunos com mais de uma graduação	12%	13%	13%
Alunos com especialização	26%	30%	35%
Alunos com mestrado	6%	6%	6%
Alunos com doutorado	-	1%	1%

A partir de 2014 o Programa passou a solicitar a autodeclaração de raça/cor aos alunos ingressantes que se dispuserem a fornecer essa informação, como ação inserida no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. Conforme demonstrado no Gráfico 10, a maior parcela dos alunos se declara como branco ou pardo. Não houve registro de autodeclaração como indígena.

Gráfico 10: Autodeclaração de raça/cor
2014 – 2016



PERFIL DOS PROFESSORES

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

Nos cursos próprios, tanto em nível lato sensu quanto stricto sensu, 96 professores ministraram aulas até o final de 2016. Esse número representa

crescimento de 7,9% em relação à quantidade de professores até o final de 2015, que era de 89 docentes, e significa incremento semelhante à média verificada nos últimos anos.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro permanente de 20 professores, sendo 19 ativos que atuaram em sala de aula no ano de 2016. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e possuem titulação de doutor em diversas áreas, tais como Administração, Ciência Política, Ciências da Informação, Filosofia, Sociologia, Engenharia e Direito. O conjunto de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte expertise profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

No grupo de professores dos cursos de especialização, 75 (81%) são servidores da Câmara dos Deputados e 18 (19%) de outras instituições. Dos professores da Casa, 96% são servidores efetivos e o restante são CNEs (3%) e Secretários Parlamentares (1%). Os professores de outras instituições que atuam nos cursos de especialização são, em sua maioria, oriundos da UnB, do Senado, do TCU e da Unieuro.

O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, como demonstrado na Tabela 4, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 81% nos cursos próprios de especialização, superando a exigência do MEC para a modalidade lato sensu que é de, pelo menos, 50% de professores com titulação.

Tabela 4: Titulação dos professores dos cursos de especialização
2005 – 2016

Professores da Especialização	Quant.	%	
Doutor	37	40%	} 81%
Mestre	38	41%	
Especialista	19	19%	

De forma semelhante aos alunos, também os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada. As áreas de titulação mais informadas são Ciência Política, Direito, Sociologia, Administração, Economia, Educação, História e Filosofia entre outras. Destaca-se a atuação de professores que obtiveram especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes). Além disso, o Mestrado Profissional em Poder Legislativo possibilita a capacitação necessária para atuação como docente e orientador nos cursos de especialização.

ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

O IQCD é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior que retrata a maior ou menor quantidade de professores com titulação de mestrado e doutorado. Relaciona a qualidade do ensino com o volume de pesquisas, pois pressupõe que, quanto maior a quantidade de professores com titulação de mestre ou doutor, maior quantidade e melhor qualidade terão as pesquisas realizadas na instituição.

O IQCD é utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior. Seu valor varia de 1, quando todos os professores possuem apenas graduação, até 5, situação em que todos os docentes são doutores. O indicador é calculado por meio da expressão matemática abaixo, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo dos indicadores de gestão (Decisão nº 408/2002 - PLENÁRIO e ACÓRDÃOS nº 1046/2006 e nº 2167/2006 - Plenário TCU):

onde:

$$\text{IQCD} = \frac{5D+3M+2E+G}{D+M+E+G}$$

D = nº de professores com doutorado;
M = nº de professores com mestrado;
E = nº de professores com especialização;
G = nº de professores apenas graduados.

Dessa forma, o IQCD se refere à média ponderada da capacitação docente obtida através dos seguintes pesos: Doutorado (D) peso 5, Mestrado (M) peso 3, Especialização (E) peso 2 e Graduação (G) peso 1.

O IQCD relativo ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo alcança o valor de 5, visto que todos os docentes possuem Doutorado. O índice referente aos cursos de especialização próprios é 3,6, repetindo o valor do ano anterior. Já o IQCD relativo ao Programa (ponderando-se o do Mestrado e o dos cursos de especialização) mantém-se em 3,65. A Tabela 5 apresenta a evolução do IQCD para os dois níveis de ensino (lato sensu e stricto sensu) e para o Programa de Pós-Graduação.

Tabela 5: Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

Nível	2014	2015	2016
Lato Sensu (Especialização)	3,5	3,6	3,6
Stricto Sensu (Mestrado)	5,0	5,0	5,0
Programa (Especialização e Mestrado)	3,6	3,65	3,65

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabeleceu regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisa relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo, definidos nos seguintes eixos temáticos: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Nos últimos anos a coordenação vem dando ênfase na busca de GPEs que funcionem efetivamente e na introdução, no edital de seleção de novos grupos, de compromisso formal com a produção intelectual e da obrigatoriedade de participação nas Jornadas de Pesquisa e Extensão. Esse movimento tem criado processo de seleção natural dos grupos compromissados com a efetividade das pesquisas.

O ano de 2016 encerrou com 37 GPEs em funcionamento e 179 pesquisadores membros. O histórico de composição dos GPEs revela uma quantidade de 6 a 9 grupos em funcionamento e de 28 a 42 participantes entre 2006, ano em que se iniciaram, e 2009. A partir de 2010 essas quantidades se elevaram substancialmente, como demonstrado nos Gráficos 11 e 12. Em 2016 houve expressivo aumento da quantidade de grupos e pesquisadores em relação a 2015.

Gráfico 11: Quantidade de GPEs
2010 - 2016

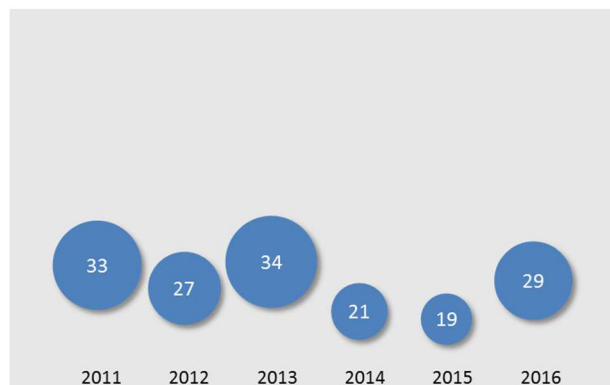


Gráfico 12: Quantidade de membros dos GPEs
2010 - 2016



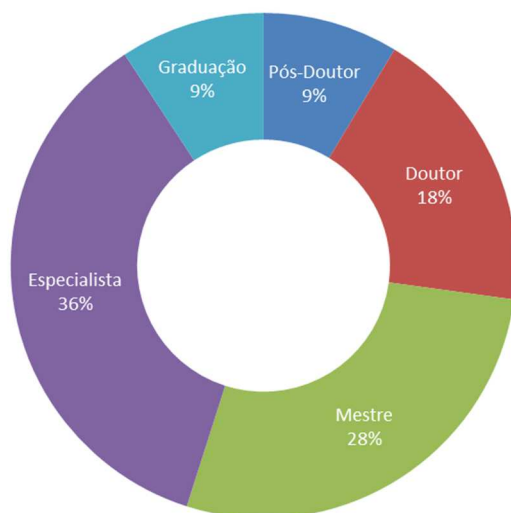
Ainda em relação aos anos anteriores manteve-se a pluralidade de integrantes, com crescimento da quantidade de pesquisadores externos, conforme demonstrado no Gráfico 13. Além da importante participação de pesquisadores oriundos da Câmara dos Deputados, há 29 membros externos, ligados às seguintes instituições: Universidade Federal de Pernambuco, Ministério da Ciência e Tecnologia, Senado, USP, UFMG, Assembleia Legislativa de MG, Ministério da Justiça, Tribunal de Contas de MG, Ministério da Defesa, TRF 1ª Região, Câmara Legislativa do DF, Universidade Federal de Goiás, UnB e Duke University (EUA).

Gráfico 13: Quantidade de membros externos 2011 - 2016



Os membros possuem formação em várias áreas do conhecimento. A proporção de mestres, doutores e pós-doutores representa 58% do total de participantes. O Gráfico 14 detalha essa distribuição.

Gráfico 14: Titulação dos membros dos GPEs 2016



A extensão objetiva atingir mais diretamente a sociedade como um todo. Consiste na edição de publicações físicas e digitais, como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, oportunidades de educação legislativa (focadas quase na totalidade no público externo) e eventos de disseminação científica para a comunidade interessada.

Quanto às publicações, destacam-se a Série Relatos de Pesquisa e a Revista E-Legis. Até 2016, foram publicados 12 livros, além dos artigos da revista digital E-Legis. Em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi), da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses recebidos dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital para publicação segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o banco de trabalhos de conclusão de curso.

SÉRIE RELATOS DE PESQUISA

Em 2016 foi publicado o sexto livro da série Relatos de Pesquisa, intitulado “Arquitetura da Informação na Câmara dos Deputados”. Organizado pelo professor do Mestrado Roberto Miranda, reúne artigos com a essência dos trabalhos de conclusão de curso dos alunos que realizaram especialização em Arquitetura e Organização da Informação, fruto de parceria entre o Cefor e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A série Relatos de Pesquisa constitui mecanismo de sociabilização do conhecimento gerado a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito dos cursos de especialização, do Mestrado em Poder Legislativo e dos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados. De forma mais ampla, busca colaborar com o debate acadêmico sobre o Poder Legislativo no Brasil.

Figura 2: Série Relatos de Pesquisa
Edições 2011, 2012, 2013, 2015 e 2016



REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

A revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, divulga resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo e dedica parte de seu espaço

para trabalhos, artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis avançou uma posição e foi classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa conquista reforça a relevância da Revista e gera maior perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A Revista está indexada na base de dados Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*), Clase (*Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*) e Doaj (*Directory of Open Access Journals*). A E-Legis vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*).

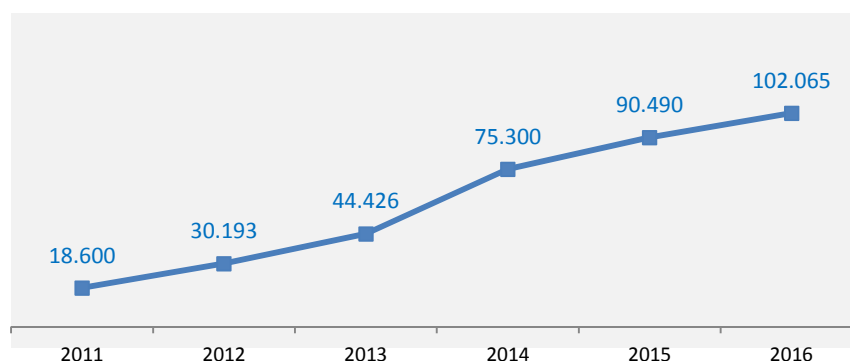
Em 2016 a Revista Eletrônica E-Legis alcançou seu 21º número, com publicação total de 141 artigos e 102.065 downloads acumulados.

Desde 2011, ano em que se iniciou a avaliação de impacto da Revista, a quantidade de downloads teve evolução de mais de cinco vezes. A evolução ano a ano foi mais significativa em 2014 e, desde então, vem apresentando redução. A Tabela 6 e o Gráfico 15 demonstram esses dados.

Tabela 6: Evolução da quantidade de downloads de artigos da E-Legis 2011 - 2016

Ano	Quant. de edições no ano	Quant. de downloads acumulado	Evolução percentual ano a ano	Evolução percentual acumulada
2011	2	18.600	-	-
2012	2	30.193	62%	62%
2013	3	44.426	47%	239%
2014	3	75.300	69%	405%
2015	3	90.490	20%	487%
2016	3	102.065	13%	549%

Gráfico 15: Quantidade de downloads de artigos da E-Legis
2011 - 2016



PRODUÇÃO INTELECTUAL DOS PROFESSORES E ALUNOS DO MESTRADO

Um dos indicadores que melhor permite dimensionar a consistência acadêmica de uma instituição é a produção intelectual qualificada, publicada em veículos científicos cujo valor e seriedade sejam reconhecidos no meio acadêmico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação, acompanha essa produção como um dos indicadores de qualidade dos programas de Mestrado Profissional.

Em relação ao corpo docente, a orientação é que deve apresentar produção científica e técnica regular, sendo formada por publicações em periódicos Qualis, livros ou capítulos científicos, bem como produção técnica correspondente à atividade desenvolvida no curso, como relatórios técnicos, diagnósticos, estudos de caso e produtos técnicos resultantes de atividades de monitoramento e avaliação da implementação e do resultado de políticas e formulação de alternativas e propostas inovadoras.

Especificamente como diretriz da área de conhecimento Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, área em que se vincula o Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Cefor, está a produção de qualidade, medida pela publicação per capita de artigos em periódicos classificados como A1, A2 e B1 no Qualis, bem como a dispersão dessa produção qualificada entre o corpo de professores.

Como exemplos da produção do corpo de professores do Mestrado durante o ano de 2016, foram registrados 32 artigos em periódicos científicos, significando expressivo aumento em relação aos dois primeiros anos de funcionamento do curso e relativa queda em relação a 2015 (39 artigos). Mais relevante é o registro, em 2016, de 13 artigos de 14 professores em periódicos classificados como A1, A2 e B1 (2 em A1, 10 em A2 e 1 em B1) no Qualis, na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com impacto positivo para o Programa na avaliação da Capes.

Destaca-se, ainda, a edição de um dossiê na revista científica inglesa *The Journal of Legislative Studies* (volume 22 de out/nov 2016), classificada como A2 no Qualis na área de Ciência Política e Relações Internacionais, sobre a Câmara dos Deputados que foi produzido por docentes do Mestrado do Cefor. Além disso, os professores produziram 6 livros ou capítulos e 14 trabalhos em anais de congressos. Em relação a 2015, houve queda da

produção de livros ou capítulos (19 em 2015 para 6 em 2016). A publicação de trabalhos em anais de congressos aumentou de 4 em 2015 para 14 em 2016.

Também os alunos do Mestrado são estimulados a produzir, com supervisão de seus orientadores. No ano de 2016 foi registrada a publicação de 1 artigo de autoria de aluno em periódico científico (classificação Qualis de B2), 1 trabalho em anais de congressos.

AÇÕES DO CEFOR JUNTO AO PÚBLICO EXTERNO

O Cefor, por meio da sua Coordenação de Educação para a Democracia, desenvolve uma série de atividades com perfil extensionista. Os diversos programas listados abaixo atenderam a um total de 1.702 participantes em 2016.

- **Estágio Cidadão:** destinado aos universitários que fazem estágio na Câmara dos Deputados, seu objetivo é propiciar aos estagiários a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o papel do Legislativo e desenvolver atitudes positivas com relação ao exercício da cidadania ativa. Em 2016 foram 35 participantes.
- **Estágio-Visita de Curta Duração:** o programa possui a duração de uma semana e tem por objetivo proporcionar a estudantes universitários de diversos Estados da Federação informações acerca da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo. Em 2016 foram realizadas 10 edições, no total de 651 participantes.
- **Missão Pedagógica no Parlamento:** programa de capacitação destinado a professores de escolas públicas de todo o país com o objetivo de fornecer a estes profissionais subsídios didáticos que contribuam para a inserção de temas relativos à democracia e à cidadania no cotidiano escolar. Anualmente, 216 professores participam de um curso a distância de 30h. Desses, são selecionados 54 (além de 4 professores selecionados pelo Plenarinho, que é um canal de interação da Câmara dos Deputados com o universo infantil) que participam de uma formação presencial de 40 horas e, ainda, uma etapa em que implementam, de forma orientada, projetos pedagógicos de intervenção em suas comunidades escolares, com duração de 50h.
- **A Escola na Câmara:** destinado a estudantes do nível médio, o objetivo do evento é aproximar os jovens da Câmara dos Deputados, propiciando o conhecimento da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo, despertando-os para a reflexão crítica e para a participação política. Em 2016 foram 214 participantes.
- **Parlamento Jovem Brasileiro:** programa promovido em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, com o objetivo de propiciar a estudantes do nível médio de todos os estados brasileiros a vivência do processo político e democrático mediante participação em uma jornada parlamentar de uma semana, com diplomação, posse e exercício de mandato legislativo. Em 2016 foram 78 participantes.
- **Oficina de Atuação no Parlamento:** destinado a grupos de voluntários, associações comunitárias, ONGs e OSCIPs com uma programação de 3 dias. Tem o objetivo de fornecer aos alunos as ferramentas para acompanhar e participar do processo de elaboração de leis, mediante a oferta de

conhecimentos fundamentais sobre a relação entre Estado e sociedade (cidadania), com foco na participação e na organização comunitárias; bem como de informações e canais de comunicação da Câmara dos Deputados à população. Alcançou 93 participantes em 2016.

- **Universidade na Câmara:** objetiva atender às demandas de instituições de ensino superior que possuem interesse em realizar visitas à Câmara dos Deputados com seus estudantes. Em geral, tais ações incluem aulas dialogadas, debates e visita institucional, com carga horária de 4 a 8 horas de duração. Em 2016 houve duas solicitações e 146 participantes.
- **Estágio Participação:** destina-se a estudantes universitários de todo o país e a cada edição aborda um dos principais temas em discussão no Parlamento. Tem como objetivo estimular a participação democrática e cidadã de universitários por meio de atividades que propiciem conhecimento sobre o Poder Legislativo. Cada missão envolve a produção, pelos próprios participantes, de conteúdos em meio digital que devem ser postados em suas redes sociais. Em 2016 foram realizadas 9 edições com a participação de 304 estudantes.

EVENTOS

Com o objetivo de ampliar a inserção internacional do Programa, estratégia valorizada pela área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, foram mantidos e intensificados os contatos com instituições do exterior e, mais diretamente, com professores de reconhecida produção na área.

Essas iniciativas vêm resultando na realização de eventos com participação de professores estrangeiros em visita ao Cefor, como palestras, minicursos, debates e outros do gênero. São oferecidas ao público do Programa oportunidades de contato direto com pesquisadores renomados para a troca de experiências e conhecimentos.

Nesse contexto de internacionalização, o Programa realizou em 2016 parcerias com embaixadas da França e dos Estados Unidos para a promoção de eventos acadêmicos com a presença de professores desses países.

Nomes de importância no cenário nacional também são convidados e participam de eventos realizados pelo Programa. Em 2016, foram recebidos Mauricio Ebling, Priscila Almeida e Paulo Calmon, da UnB, Alfredo Attié Jr. e Bruno Speck, da USP, Rosemary Segurado, da PUC-SP, Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos, Ricardo Fabrino Mendonça e Bruno Pinheiro Wanderley Reis, da UFMG, entre outros.

O Seminário 30 Anos de Presidencialismo de Coalizão, realizado em parceria com a UnB, teve como palestrantes: André Borges, Lucio Rennó e Wladimir Gramacho (UnB), Carlos Pereira, César Zucco, Sérgio Praça e Octavio Amorim Neto (FGV-RJ), Sérgio Abranches (Ecopolítica), Felix Lopez (IPEA), Carlos Ranulfo Melo (UFMG), Fabiano Santos (IESP-UERJ), Murilo Aragão (Arko), Fernando Rodrigues (Folha de SP), Daniel Chasquetti (Universidad de La República - Uruguai), Eduardo Alemán (Universidade de Houston - EUA), Manoel Alcantára-Saez e Mercedes García Montero (Universidade de Salamanca - Espanha).

A VII Jornada de Pesquisa e Extensão reuniu professores e pesquisadores como Céli Pinto (UFRGS), Débora Messenberg (UnB), Evelina Dagnino (Unicamp), Carlos Melo (Insper), Flávia Barros (UnB), Flávia Biroli (UnB), Ricardo Caldas (UnB), Sayonara Leal (UnB), Sérgio Braga (UFPR), Sylvia Moretzsohn (UFF) e John French (Duke University – EUA).

EVENTOS REALIZADOS EM 2016

No decorrer do ano de 2016 foram realizados 10 eventos pelo Programa de Pós-Graduação, com público total estimado de 681 pessoas. Esses eventos estão descritos abaixo.

Fevereiro

-
- | | | |
|--|--|----------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Aula Inaugural do 1º semestre <p>Realização: Cefor</p> | <p>Data: 22/2/2016
Local: Auditório do Cefor
Título: Legislar e julgar no século 21? Para a construção de um novo estilo da política e do direito
Palestrante: Prof. Dr. Alfredo Attié Jr. (USP)</p> | <p>Público: 98 pessoas</p> |
|--|--|----------------------------|

Março

-
- | | | |
|--|--|----------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • I Simpósio da Rede de Altos Estudos em Estado e Instituições <p>Realização: Rede de Altos Estudos em Estado e Instituições</p> <p>Apoio: Cefor</p> | <p>Data: 21 e 22/3/2016
Local: Cefor e UnB
Palestrantes: vários (citados no texto acima)</p> | <p>Público: 39 pessoas</p> |
|--|--|----------------------------|

Maiο

-
- | | | |
|--|--|----------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Palestra “Podemos” <p>Realização: Cefor</p> | <p>Data: 19/5/2016
Local: Auditório do Cefor
Título: "PODEMOS: partidos e práticas políticas contemporâneas"
Palestrante: Profª. Drª. Rosemary Segurado (PUC-SP)</p> | <p>Público: 50 pessoas</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • 2º Colóquio Acadêmico Brasil-França <p>Realização: Cefor e Embaixada da França</p> | <p>Data: 30/5/2016
Local: Auditório do Cefor
Palestrantes: Nathalie Loiseau, Diretora da ENA-França e Ricardo de João Braga - Cefor</p> | <p>Público: 54 pessoas</p> |

Junho

- Palestra
Realização: Cefor e Embaixada dos EUA
Data: 8/6/2016
Local: Cefor
Título: Financiamento de Campanhas Eleitorais e Ética na Política
Palestrante: Prof. Dr. Craig Holman (Public Citizen Congress Watch - EUA)
Público: 19 pessoas
- Seminário Internacional 30 Anos de Presidencialismo de Coalizão
Realização: Cefor e UnB
Data: 16 e 17/6/2016
Local: Cefor
Palestrantes: vários (citados no texto acima)
Público: 162 pessoas

Agosto

- Aula Inaugural do 2º semestre
Realização: Cefor
Data: 8/8/2016
Local: Auditório do Cefor
Título: Eleições no Brasil: uma análise sob a ótica do partidarismo e personalismo
Palestrante: Prof. Dr. Bruno Speck (USP)
Público: 95 pessoas
- Debate Acadêmico
Realização: Cefor
Data: 24/8/2016
Local: Cefor
Título: Histórias do Movimento Negro no Brasil
Palestrante: Prof. Travis Knoll (Duke University - EUA)
Público: 19 pessoas

Setembro

- VII Jornada de Pesquisa e Extensão e IV Seminário Internacional Estudos Legislativos
Realização: Cefor e UnB
Data: 19 e 20/9/2016
Local: Auditório e salas do Cefor
Título: crise, discursos políticos e projetos de mudança social
Público: 122 pessoas

Novembro

- Jornada de Intercâmbio de Ensino e Pesquisa
Realização: Cefor e UFMG
Data: 3/11/2016
Local: Cefor
Palestrantes: Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos, Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça e Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Público: 23 pessoas

3. BANCO DE DADOS ESTATÍSTICOS

ENSINO

Tabela 7: Cursos encerrados e em andamento
2005 - 2016

		Encerrados até dez/2016	Em andamento em dez/2016	Total
Cursos próprios	Lato sensu (especialização)	15	3	18
	Turmas Mestrado	2	3	5
Cursos em parceria		4	-	4
Cursos contratados		3	1	4
Total		24	7	31

Tabela 8: Cursos iniciados em 2016

		Cursos iniciados	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas
Cursos próprios	Lato sensu (especialização)	2	60	59
	Turmas Mestrado	1	18	12
Cursos em parceria		-	-	-
Cursos contratados		-	-	-
Total		3	78	71

Tabela 9: Fluxo de alunos regulares do Mestrado
2013 - 2016

	2013		2014	2015	2016	Consolidado
Entradas	12	15	16	18	12	73
Interrupções	1	2	2	3	-	8
Mestres	11	13	8	-	-	32
Ativos	-	-	6	15	12	33

Tabela 10: Quantidade de alunos regulares atendidos e de concluintes em 2016

Curso	Alunos atendidos 2016	Concluintes 2016
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	30	21
Especialização em Processo Legislativo (PL 6ª edição)	30	-
MBA em Governança Legislativa - 1ª edição	1	1
MBA em Governança Legislativa - 2ª edição	29	-
Mestrado - Ingressantes no 1º sem/2013	1	1
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2013	1	1
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2014	14	8
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2015	15	-
Mestrado - Ingressantes no 2º sem/2016	12	-
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) - Iesp - UERJ	15	-
Total	148	32

Gráfico 16: Quantidade de alunos regulares do Mestrado que foram alunos especiais 2014-2016

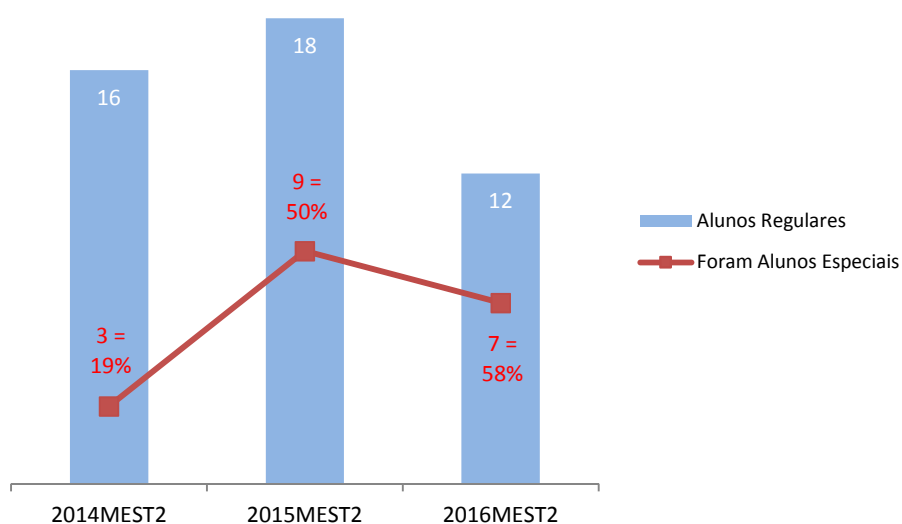


Gráfico 17: Quantidade de alunos especiais do Mestrado por semestre
2013-2016

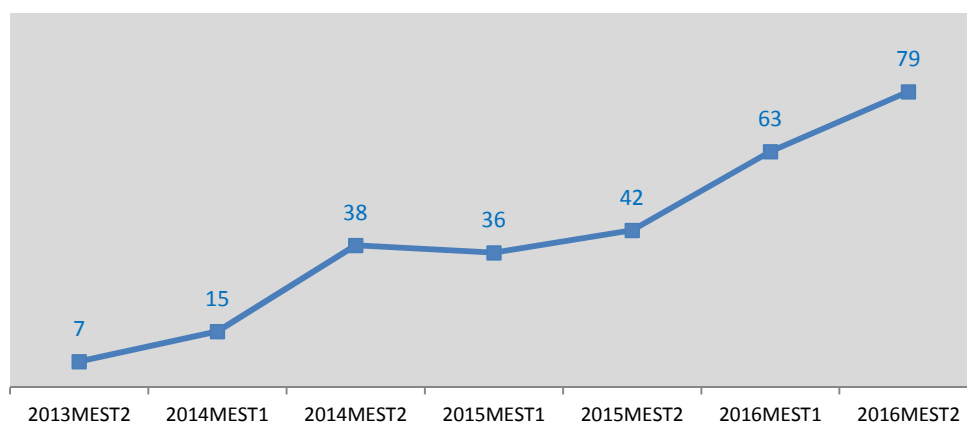


Tabela 11: Quantidade de alunos regulares das áreas legislativa e administrativa da CD

Área Legislativa	63%	Área Administrativa	37%
Lideranças	101	Defin - Deptº de Finanças, Orçamento e Contabilidade	41
Gabinetes Parlamentares	99	Depes - Deptº de Pessoal	24
Decom - Deptº de Comissões	63	Demed - Deptº Médico	23
Cedi - Centro de Documentação e Informação	29	Secom - Secretaria de Comunicação Social	23
Conle - Consultoria Legislativa	27	Cenin - Centro de Informática	22
Órgãos da Mesa Diretora	25	Detec - Deptº Técnico	22
SGM - Secretaria-Geral da Mesa	25	DG - Diretoria-Geral	22
Detaq - Deptº de Taquigrafia, Revisão e Redação	15	Secin - Secretaria de Controle Interno	19
Conof - Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira	9	Demap - Deptº de Material e Patrimônio	16
Dileg - Diretoria Legislativa	5	Cefor - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento	13
Procuradoria Parlamentar	4	Depol - Deptº de Polícia Legislativa	6
Deapa - Deptº de Apoio Parlamentar	3	DRH - Diretoria de Recursos Humanos	6
Corregedoria Parlamentar	2	Dirad - Diretoria Administrativa	2
Cedes - Centro de Estudos e Debates Estratégicos	1		
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	1		
Ouvidoria Parlamentar	1		
Total	410		239

À área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, à qual está vinculada o Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Programa de Pós-Graduação do Cefor, avalia os programas no Brasil com base em vários indicadores de qualidade acadêmica dentro de uma perspectiva quadrienal.

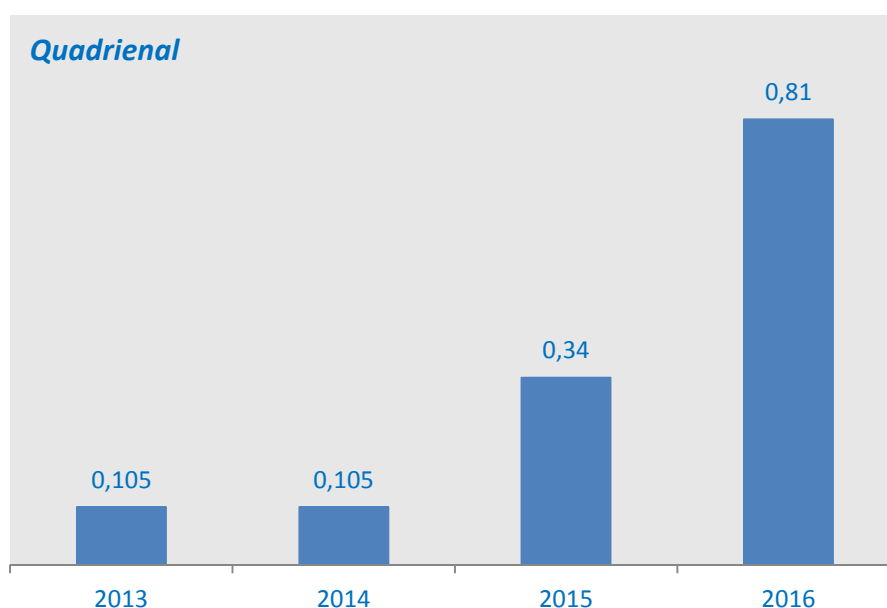
Abaixo estão descritos os indicadores mais relevantes relativos ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Programa de Pós-Graduação do Cefor.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO QUALIFICADA-REVISTAS (IPQ-R)

Avalia a produção intelectual per capita dos docentes permanentes veiculada em periódicos científicos classificados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da área.

Fórmula de cálculo: $(n^{\circ}A1 \times 100) + (n^{\circ}A2 \times 85) + (n^{\circ}B1 \times 70) / n^{\circ}$ docentes permanentes

Gráfico 18: Índice de Produção Qualificada-revistas (IPQ-r)
2013-2016

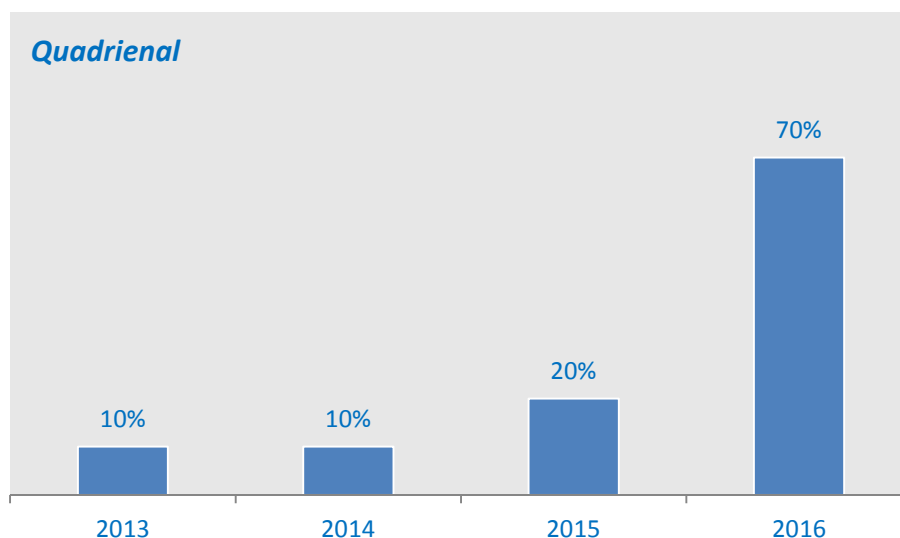


DISTRIBUIÇÃO DE PRODUÇÃO QUALIFICADA NO CORPO DOCENTE PERMANENTE

Avalia a proporção de docentes permanentes com publicações nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da área.

Fórmula de cálculo: n° docentes permanentes com produção A1, A2 ou B1 / n° docentes permanentes

Gráfico 19: Distribuição de Produção Qualificada no Corpo Docente Permanente
2013-2016

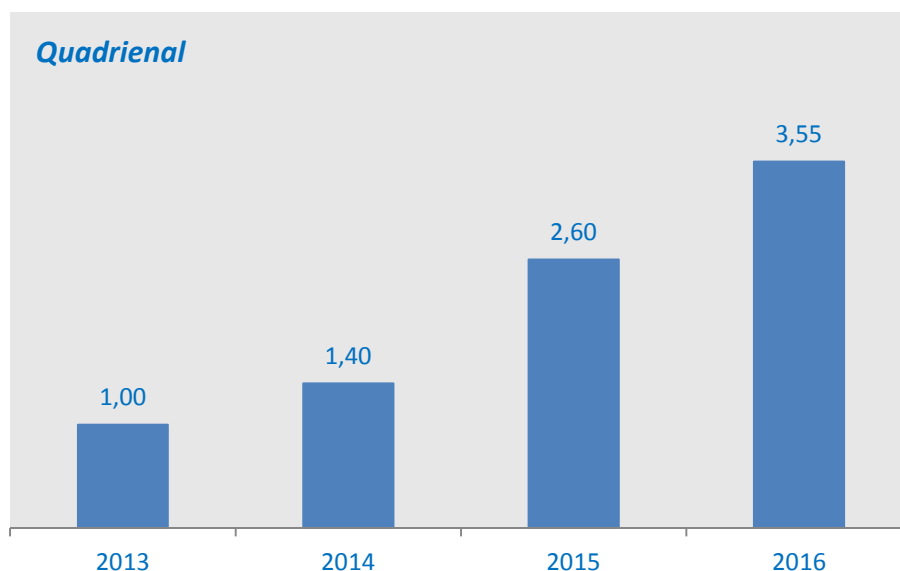


DISTRIBUIÇÃO DE PRODUÇÃO QUALIFICADA (ARTIGOS, LIVROS, CAPÍTULOS)

Avalia a produção intelectual per capita dos docentes permanentes agregando a publicação de livros e capítulos de livros.

Fórmula de cálculo: $n^{\circ}A1 + n^{\circ}A2 + n^{\circ}B1 + n^{\circ}\text{livros} + n^{\circ}\text{capítulos} / n^{\circ}\text{docentes permanentes}$

Gráfico 20: Distribuição de Produção Qualificada (artigos, livros, capítulos)
2013-2016

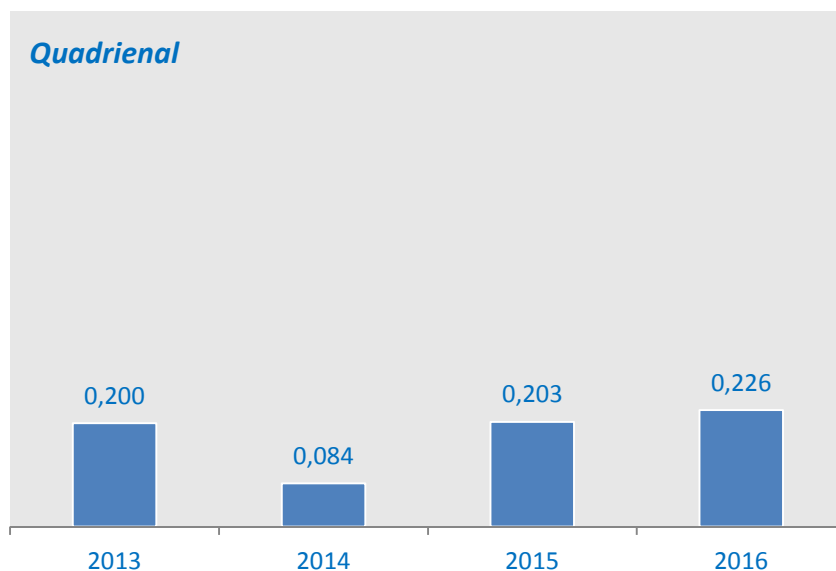


ÍNDICE DE PRODUÇÃO DISCENTE (IPDi)

Avalia a produção intelectual per capita dos alunos, sendo considerada como medida de qualidade das dissertações produzidas.

Fórmula de cálculo: $(n^{\circ}A1 \times 1) + (n^{\circ}A2 \times 0,85) + (n^{\circ} B1 \times 0,70) + (n^{\circ}B2 \times 0,55) + (n^{\circ}B3 \times 0,40) + (n^{\circ} B4 \times 0,25) + (n^{\circ} B5 \times 0,10) / n^{\circ} \text{ discentes regulares}$

Gráfico 21: Índice de Produção Discente (IPDi)
2013-2016

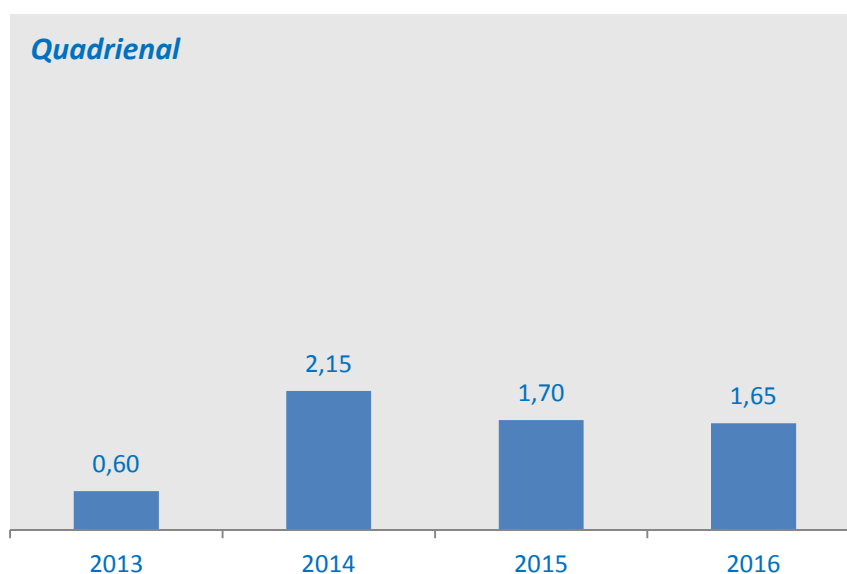


ORIENTANDOS POR DOCENTE PERMANENTE

Avalia a relação entre a dimensão do corpo docente e a quantidade de discentes, com recomendação que fique situada no intervalo entre 3 e 8.

Fórmula de cálculo: $n^{\circ} \text{ orientandos} / n^{\circ} \text{ docentes permanentes}$

Gráfico 22: Orientandos por Docente Permanente
2013-2016

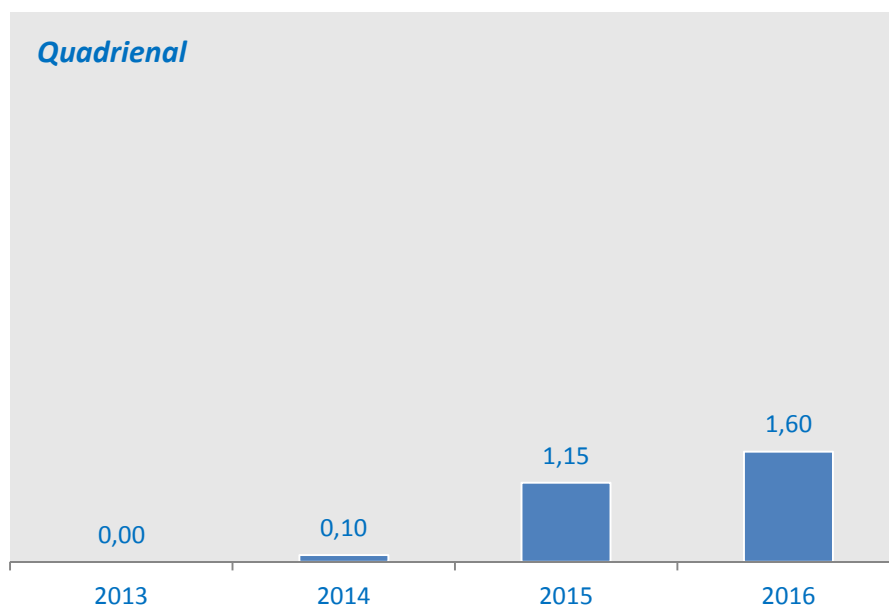


ÍNDICE DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS (IME)

Avalia a adequação e dedicação dos docentes permanentes e a distribuição das atividades.

Fórmula de cálculo: n° dissertações defendidas / n° docentes permanentes

Gráfico 23: Índice de Dissertações Defendidas (IME)
2013-2016

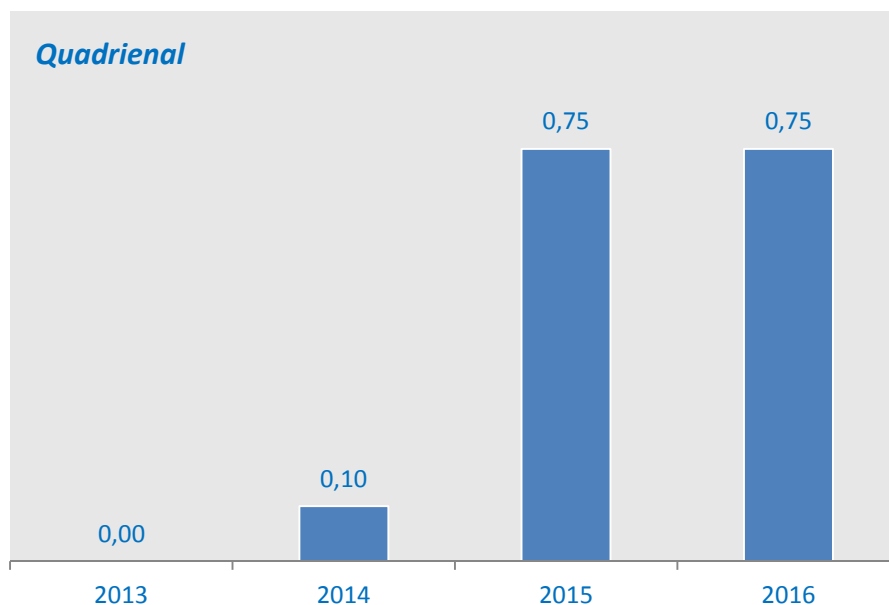


DOCENTES COM DEFESAS

É outro indicador que avalia a adequação e dedicação dos docentes permanentes e a distribuição das atividades.

Fórmula de cálculo: n° docentes com defesas dissertações / n° docentes permanentes

Gráfico 24: Docentes com Defesas
2013-2016



TEMPO DE CONCLUSÃO DAS DISSERTAÇÕES

Avalia a eficiência do Programa na formação de mestres, em relação ao tempo de conclusão. A meta para conclusão é de 24 meses.

Fórmula de cálculo: meses conclusão dissertações / nº concluintes mestrado

Gráfico 25: Tempo de Conclusão das Dissertações
2013-2016

